

CETICISMO E PRINCÍPIOS EPISTÊMICOS

Fernando Henrique Faustini Zarth¹

No debate contemporâneo em epistemologia, quando se fala em ceticismo, normalmente se está considerando uma versão deste, chamado de ceticismo acadêmico. A origem do nome remonta a antiguidade e é mencionada por Sexto Empírico para distingui-los de outra forma de atitude cética por ele adotada, o ceticismo pirrônico. Brevemente, enquanto os céticos acadêmicos posicionam-se a favor da proposição de que não possuímos conhecimento, os pirrônicos se limitam a suspender o juízo sobre essa e qualquer outra questão, não afirmando que possuímos conhecimento, nem afirmando que não possuímos². Postulada essa distinção, seguiremos analisando os argumentos para o ceticismo acadêmico que fazem uso de hipóteses ditas epistemicamente não neutralizáveis para induzir à conclusão de que não sabemos que p , sendo p qualquer proposição que geralmente admitiríamos conhecer, como “há um livro sobre a mesa” ou “eu tenho um corpo”. Embora essa classe de argumentos seja usualmente associada a Descartes, exemplos deles já podem ser encontrados em Cícero e, contemporaneamente, fazem uso de cenários de ficção científica, como cérebros em cubas, mundos simulados etc.

Em uma célebre passagem das *Meditações Metafísicas*, Descartes considera a hipótese de que talvez ele esteja dormindo:

“Todavia, tenho de considerar aqui que sou homem e, por conseguinte, que costumo dormir e representar-me em meus sonhos as mesmas coisas, ou algumas vezes menos verossímeis, que aqueles insensatos quando estão em vigília. Quantas vezes aconteceu-me sonhar, à noite, que estava nesse lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse todo nu em minha cama? Parece-me presentemente que não é com olhos adormecidos que olho este papel, que esta cabeça que remexo não está dormente, que é com desígnio e propósito deliberado que estendo esta mão e que a sinto: o que acontece no sono não parece tão claro nem tão distinto quanto tudo isto. Mas pensando nisso cuidadosamente, lembro-me deter sido frequentemente enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E, detendo-me nesse pensamento, vejo tão manifestamente que não há indícios concludentes nem marcas bastante certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono,

¹Mestrando em filosofia UFSM, bolsista CAPES.

²A suspensão de juízo se refere a um sentido forte de crença e distingue-se do mero deixar-se guiar pelas aparências. De fato, como uma forma de viabilizar a vida, diante de perigos, por exemplo, os pirrônicos aceitam e manifestam o que percebem, o que caracteriza uma admissão a um sentido fraco da palavra crença. O sentido forte, como sugere Peter Klein (2002 e 2003) é expresso pela atitude de asserir que p , ou assentir a proposição p .

que fico muito espantado, e meu espanto é tal que é quase capaz de persuadir-me de que eu durmo (DESCARTES, 2005, p. 32-33).

Descartes, ao levantar essa possibilidade, questiona se pode saber que aquilo que ele está experienciando realmente seja o caso, isto é, se de fato ele está sentado diante do fogo com um papel na mão. Trata-se de um recurso destinado a mostrar que nosso equipamento epistêmico não é confiável, visto que ele não é capaz de detectar casos severos de engano. O argumento é comumente assim formalizado: (1) se eu sei que possuo mãos, então eu sei que não estou em um cenário cético onde essas mãos são apenas ilusões provocadas por algum mecanismo malevolente; (2) mas eu não sei que eu não estou em um cenário cético, portanto (3) eu não sei que possuo mãos³. É importante notar que a força da premissa (2) reside na ideia de que eu não tenho nenhum critério que possa utilizar para distinguir o mundo real de um mundo simulado, e que se eu estiver sonhando, sob efeito de um gênio maligno ou um cientista perverso, o mundo se apresentará tão convincentemente real e verdadeiro como se eu não estivesse em um desses cenários.

Quanto à premissa (1), ela é comumente associada ao chamado Princípio de Fechamento Epistêmico, isto é, o cético advoga que a relação epistêmica tida com uma proposição deve ser preservada nas proposições decorrentes dessa. Por exemplo, se eu sei que o Pedro está nessa sala, então eu sei que há uma pessoa nessa sala. Se eu sei que estou segurando um copo de café, então eu sei que é um copo que estou segurando. Se eu sei que isso é uma mesa, então eu sei que isso não é uma geladeira.

Em uma primeira acepção, portanto, o princípio é assim exposto:

PFC 1: $Ksp \ \& \ (p \rightarrow q) \rightarrow Ksq^4$ (Se S sabe que p, e p implica q, então S sabe que q).

Esse princípio, no entanto, tal como apresentado é falso. O número de consequências lógicas de uma proposição p é virtualmente infinito, o que justifica a alcunha dada por alguns filósofos de que esse seria um princípio de onisciência (Hales, 1995 e Stroud, 1984). A sua aceitação poderia levar, inclusive, à conclusão absurda de que eu sei coisas sobre as quais eu nunca formei crença alguma. Se pensarmos especialmente na matemática, esse princípio nos

³ Naturalmente, o argumento não é desenvolvido somente para demonstrar que não sabemos que possuímos mãos. É de esperar que, se não temos conhecimento de uma proposição empírica como essa, provavelmente, não temos conhecimento de nenhuma outra.

⁴ Hales (1995) associa esse princípio à Hintikka (1962).

parecerá muito distante de como opera o conhecimento humano. Duas alternativas à PF1 podem ser apresentadas (Hales, 1995):

PFC 2: $K_{sp} \& B(p \rightarrow q) \rightarrow K_{sq}$ (Se S sabe que p e crê que p implica q, então S sabe que q)

PFC 3: $K_{sp} \& J(p \rightarrow q) \rightarrow K_{sq}$ (Se S sabe que p e crê justificadamente que p implica q, então S sabe que q)

PF2 e PF3 são falsos porque a crença de que $(p \rightarrow q)$ (ainda que justificada) não garante a verdade de que q, o que poderia levar à conclusão absurda de que S possa ter conhecimento de algo que é falso. Imagine que Pedro possua a crença justificada de que se o sol está brilhando então os pássaros estão cantando. Mesmo em um caso onde Pedro saiba que o sol está brilhando naquele momento, ainda pode ser o caso de que nenhum pássaro esteja cantando. Apenas o conhecimento de que $(p \rightarrow q)$ resguarda a propriedade de verdade necessária para o fechamento.

Chegamos então ao que é possivelmente a mais famosa versão do Princípio de Fechamento Epistêmico:

PFC 4: $K_{sp} \& K(p \rightarrow q) \rightarrow K_{sq}$ (Se S sabe que p e sabe que p implica q, então S sabe que q).

Alguns epistemólogos, no entanto, apontam a possibilidade de que alguém pode não saber que q mesmo em casos onde ele saiba que p e que $(p \rightarrow q)$ simplesmente por não crer que q. Pessoas podem ter crenças inconsistentes (saber que $[p \& p \rightarrow q]$ e ainda assim crer que $\sim q$), assim como também pode falhar em reconhecer e deduzir q de p (não formando crença alguma), ou seja, ainda que PFC 4 seja um princípio mais modesto que PFC 1, ele também parece não se aplicar a nós, que não somos seres perfeitamente racionais o tempo todo. Isso, é claro, não é uma razão para negar a conclusão cética, pois nossa rejeição do ceticismo não pode depender justamente da premissa de que nossa razão eventualmente falha. Contudo, em uma análise mais atenta do argumento cético reconhecemos que esse não precisa depender de qualquer versão do princípio de fechamento epistêmico para o conhecimento (PFC), pois o

desafio cético não incide sobre a verdade de p e nem sobre nossa capacidade de crer que p , mas sim sobre a justificação: nós nunca estamos justificados ao crer que possuímos mãos (por exemplo). De acordo com isso, Peter Klein (1995) apresenta uma versão do Fechamento para a justificação que parece promissora, pois ao mesmo tempo em que satisfaz o argumento cético, evita os problemas supracitados.

PFJ: Se S está justificado ao crer que p , e p implica q , então S está justificado ao crer que q ⁵.

É importante destacar que com PFJ conseguimos eliminar a necessidade de que S realmente creia que p quando estamos considerando se p está justificada para S . Klein exemplifica o que se quer dizer com PFJ através de uma variação desse princípio:

PFJ*: Se S possui uma fonte adequada de justificação para crer que p , e p implica q , então S possui uma fonte adequada de justificação para crer que q .

Uma vez exposto o argumento cético, é preciso mostrar porque a premissa (1) ou a premissa (2) não pode ser corretamente defendida, caso se queira evitar a conclusão radical cética.

REJEITANDO A PREMISA 1

Conforme foi mostrado, o cético assume a validade do princípio de fechamento epistêmico, quando apresenta a premissa (1), i.e., “se eu sei que tenho mãos então eu sei que não estou em um cenário cético...”. Apesar de seu apelo intuitivo inicial, alguns filósofos

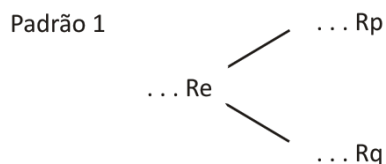
⁵ Para evitar outras possíveis objeções que se possam levantar contra esse princípio, Klein (1995) afirma que apenas proposições contingentes que S possa compreender, e cuja implicação seja óbvia, estão contidas no domínio de proposições da presente generalização, o que inclui perfeitamente os cenários apresentados pelos argumentos céticos.

buscaram na rejeição de tal princípio uma forma de refutar o ceticismo, o que é uma alternativa interessante, visto que, uma vez demonstrado que o conhecimento não possui essa propriedade que o cético defende ter, a ameaça cética é eliminada, ainda que seja concedido que nós de fato nunca saibamos que não estamos sonhando. Entre os filósofos que defendem esse tipo de solução se encontram Nozick, Dretske, Audi, McGinn, entre outros. Deter-me-ei brevemente aqui apenas naquela que deve ser a mais comentada tentativa de rejeitar o argumento cético através da negação do Princípio de Fechamento Epistêmico e, por conseguinte, da premissa (1): os contra-exemplos apresentados por Fred Dretske.

Você leva seu filho ao zoológico, vê várias zebras e, quando questionado pelo seu filho, diz a ele que elas são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós teria pouca hesitação em dizer que sabemos disso. Nós sabemos como as zebras se parecem e, além disso, este é o zoológico da cidade e os animais estão em um cercado onde está claramente escrito “Zebras”. Ainda, algo ser uma zebra implica que este algo não é uma mula e, em particular, não é uma mula habilmente disfarçada pelas autoridades do zoológico para parecer uma zebra. Você sabe que estes animais não são mulas habilmente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para parecerem zebras? Se você está tentado a dizer “Sim” a esta questão, pense um momento sobre quais razões você possui, quais evidências você pode apresentar em favor desta afirmação. A evidência que você tinha para pensar que elas são zebras está sendo efetivamente neutralizada, uma vez que isto não conta em favor de elas não serem mulas habilmente disfarçadas para parecerem zebras (DRETSKE, 1970, p. 1015-1016).

Dretske pretende com esse exemplo apontar que é possível você saber que (a) o animal na jaula é uma zebra, e ainda assim não saber que (b) o animal na jaula não é uma mula habilmente disfarçada, ainda que (b) seja uma consequência lógica admitida de (a) (VOGEL, 1990, p. 14). Isso se dá porque, embora você possua boas razões para crer que o animal no cercado é uma zebra (elas estão no zoológico da cidade, você está vendo-as e você sabe como zebras se parecem, etc.), ainda assim, você não tem boas razões para crer que elas não são mulas habilmente disfarçadas, visto que, a evidência que se tinha para crer que (a) foi neutralizada.

A legitimidade desse contra-exemplo, no entanto, é questionável. Como aponta Klein (2002 e 2003), Dretske assume que as razões possíveis para pensar que o animal no cercado não é uma mula disfarçada devem ser as mesmas que justificam a crença de que ela é uma zebra. Ou seja, o caminho de evidências que Dretske considera aponta para que a mesma razão que eu tenho para crer que p deve ser igualmente apropriada para crer que q, quando q for uma consequência necessária de p, do modo que se segue:



Nesse ponto, o cético pode realizar importantes objeções. Ainda que ele aceite que o Padrão 1 expresse um caminho de evidências apropriado, ele pode alegar que ele não é o único caminho de evidências possível, nem tampouco esse caminho é expresso como necessário em PFJ. Desse modo, para invalidar o contra-exemplo da zebra no zoológico, o cético pode alegar que a evidência para p e a evidência para q (quando $p \rightarrow q$) não precisam ser as mesmas, comprometendo-se com dois outros padrões possíveis:

Padrão 2: ... ReRp ... Rq

Padrão 3 ... Re (onde e inclui q)

No Padrão 2, está se afirmando que existe uma evidência, e, adequada para p, bem como p constitui ela própria uma evidência adequada para q. Por exemplo, eu posso ter uma evidência adequada para crer que Ana está em Paris (o testemunho dela, por exemplo), e a própria proposição “Ana está em Paris” servir como evidência adequada para crer que Ana está na França.

No Padrão 3, está se afirmando que existe uma evidência adequada para p, e q é parte integrante dessa evidência, ao mesmo tempo que sua verdade é implicada por p. Klein supõe um caso onde eu tenha a informação de que um objeto escondido embaixo de uma roupa é ou uma bola de basquete ou uma bola de futebol. Caso eu obtenha de algum modo a informação de que a bola embaixo da roupa não é a de futebol, essa informação pode ser utilizada como evidência parcial para crer que a bola em questão é de basquete. E ainda, ser uma bola de basquete o objeto escondido implica que esse objeto não é uma bola de futebol.

Aceitando a possibilidade desses outros caminhos de evidências, o cético pode, portanto, insistir que Dretske não apresentou nenhuma prova contra o fechamento epistêmico. Ele pode, inclusive, afirmar contra Dretske que a hipótese de que “o animal não é uma mula habilmente disfarçada” precisa ser anteriormente eliminada para que se possa estar justificado ao crer que o animal é uma zebra (aplicando o Padrão 3), insistindo assim que, no caso mencionado, não haja de fato qualquer justificação, e por conseguinte, conhecimento.

NÃO HÁ BOAS RAZÕES PARA ACEITAR A PREMISSA 2

Se não conseguimos rejeitar o Princípio de Fechamento Epistêmico, resta-nos ainda outra estratégia: argumentar que o cético não consegue realizar uma defesa consistente da segunda premissa de seu argumento. Uma solução desse tipo é apresentada por Peter Klein em seu artigo “There is no good reason to be an academic skeptic”, onde, através do exercício dos Modos pirrônicos, demonstra que o cético acadêmico, ao ser inquirido pelas suas razões, se vê forçado a incorrer em petição de princípio ou sustentar uma premissa facilmente objetável. Os Modos de Agripa:

O Modo que tem por base o regresso ad infinitum é aquele no qual nós asserimos que a coisa alegada como uma prova para a questão proposta necessita de uma prova adicional, e esta também de outra, e assim ad infinitum, de modo tal que a consequência é a suspensão [do juízo], já que não temos um ponto de partida para o nosso argumento... Nós temos o Modo que tem por base hipóteses quando os Dogmáticos, tendo sido forçado a retroceder ad infinitum, tomam como seu ponto de partida algo que eles não sustentam, mas que assumem simplesmente como dado, sem demonstração. O Modo do raciocínio circular é a forma usada quando a própria prova que deveria estabelecer o ponto sob investigação requer confirmação derivada do próprio ponto; neste caso, sendo incapaz de assumir um a fim de sustentar o outro, nós suspendemos julgamento sobre ambos (SEXTO EMPÍRICO, HP I, 166-169).

Peter Klein aponta dois *insights* importantes revelados nessa passagem. O primeiro é considerar que as premissas apresentadas em quaisquer argumentos apenas sustentam parcialmente a conclusão, elas constituem somente uma parte de um grupo maior de razões. Desse modo, quando alguém apresenta as razões {R1 – Rn} para uma conclusão c qualquer, o cético pirrônico segue perguntando, questionando quais razões seu interlocutor tem para sustentar {R1 – Rn} e, uma vez obtida uma resposta, pergunta pela razão da razão e assim indefinidamente, até que o argumento esteja completamente articulado.

O segundo *insight* mencionado por Klein é que o processo de busca pelas razões para uma conclusão c levará a três possíveis resultados: (1) as razões seguirão sendo apresentadas *ad infinitum* sem que o tópico se encerre, tornando recomendável suspender o juízo; (2) o processo de apontar as razões para asserir c encerrará em alguma proposição da qual nenhuma razão mais é apresentada e, caso essa proposição permaneça em disputa, suspende-se o juízo; (3) o argumento poderá sustentar-se em algum momento em uma premissa c, que é

ela própria a conclusão do argumento, incorrendo em petição de princípio. Nesse caso, o cético não mais pergunta, pois a circularidade revela que não será mais possível dar novas razões para c e, suspender o assentimento à proposição em disputa é mais uma vez apropriado. Para ilustrar o funcionamento dos Modos de Agripa, tomemos o seguinte argumento:

1. Tudo que a bíblia diz é verdadeiro.
2. A bíblia diz que Deus existe
3. Portanto, Deus existe

Diante do apresentado, um cético pirrônico perguntará pelas razões que sustentam as premissas desse argumento, e aquele que o enunciou irá se encontrar, no final, em uma dessas três situações:

CASO 1: O defensor do argumento em questão poderá admitir que não há nenhuma razão para crer em suas premissas, encontrando-se incapaz de apresentar uma melhor articulação para o argumento indicado.

CASO 2: Em algum momento o argumento se torna circular, como por exemplo, apresentando a seguinte razão para sustentar a premissa (1): a bíblia foi escrita por Deus, e tudo que Deus escreve é verdadeiro. Como o interlocutor está contando implicitamente com a existência de Deus, questão em disputa, para sustentar uma de suas premissas, tem-se uma petição de princípio, um argumento inválido, portanto.

CASO 3: São apresentadas razões não circulares para as premissas do argumento. Nessa ocorrência, o pirrônico continuará perguntando pelas razões que sustentam as novas razões, sempre em busca do argumento completo. Uma vez apresentadas novas razões, se não houver circularidade, o pirrônico continuará questionando até que se chegue a uma situação contemplada no primeiro ou no segundo caso.

Cabe agora retomar o argumento cético para o ceticismo acadêmico e verificar se ele é capaz de apresentar boas razões em favor de sua conclusão. Para tal, aceitaremos a sugestão de Klein, que com base em PFJ, reconstrói o argumento cético da seguinte maneira:

J1. Se S pode estar justificado ao crer que p, então S pode estar justificado ao crer que ele não se encontra em um cenário cético onde p é falso e apenas aparenta ser verdadeiro.

J2. S não pode estar justificado ao crer que ele não se encontra em um cenário cético onde p é falso e apenas aparenta ser verdadeiro.

J3. Portanto, S não pode estar justificado ao crer que p.

Existem duas motivações para o uso dessa versão do argumento cético apresentada por Peter Klein. Uma delas é a de que explicita o fato de que o cético não está apenas dizendo que falhamos em saber proposições, como “eu tenho mãos”, ele está afirmando que não *podemos* saber que isso seja o caso. Também importante, como vimos, os cenários céticos atacam nossa possibilidade de conhecimento apenas porque incidem sobre nossa possibilidade de justificação, o que agora se apresenta claro. Há, portanto, um ganho prático na utilização desse argumento, pois se vamos submetê-lo à análise pirrônica, é melhor que se vá direto para a questão que se está em litígio.

Perguntamos então: quais razões o cético acadêmico possui para defender J1? Com base na suposto de que S está justificado ao crer que x se e somente se o conjunto total de razões que S possui torna x suficientemente provável, Klein apresenta uma defesa possível para J1:

1. Se S está justificado ao crer que x, então S possui razões que tornam x suficientemente provável.
2. Se S possui razões que tornam x suficientemente provável, então S possui razões que tornam y suficientemente provável (pois se x implica y, e x é provavelmente verdadeiro, então y deve ser ao menos tão provavelmente verdadeiro quanto x).
3. Se S está justificado ao crer que x, então S possui razões que tornam y suficientemente provável. (1, 2)
4. Se S possui razões que tornam y suficientemente provável, então S está justificado ao crer que y.
5. Portanto, se S está justificado ao crer que x, então S está justificado ao crer que y. (3, 4).

Pode-se notar que filósofos que rejeitam J1, como Dretske, tentam apontar que a premissa (2) apresentada para J1 é falsa. Entretanto, vimos que o contra-exemplo apresentado por Dretske falha ao ignorar a existência de outros caminhos de evidências possíveis (Padrão 2 e 3) que o cético pode defender, além do suposto no caso da zebra no zoológico (Padrão 1). Desse modo, parece correto afirmar que a defesa que o cético pode apresentar para J1 não incorre em petição de princípio, e tampouco se apóia em alguma hipótese que o epistemista⁶ não possa aceitar. Assim como fizemos com J1, perguntamos agora quais razões o cético acadêmico tem para sustentar J2. Como apontado, para uma melhor defesa de PFJ, especialmente contra objeções apresentadas por Dretske, o cético deve aceitar que existem três caminhos de evidências possíveis que relacione a proposição p à proposição q por ela implicada, devendo este agora apresentar qual deles melhor retrata o fato de que S nunca possui razões apropriadas para chegar à conclusão de que ele não se encontra em um cenário cético onde p é falso e apenas aparenta ser verdadeiro. Analisaremos as três alternativas.

Suponhamos que o cético acadêmico defenda que o padrão que captura corretamente as relações evidenciais entre as proposições seja o Padrão 2. Com isso, o cético estará afirmando que J1 é correto porque a relação entre “p” e “S não está em um cenário cético...” é tal que p constitui ela própria a razão a ser dada para a proposição implicada por p. Nesse modelo, se for possível apresentar uma evidência para aceitar que p, a proposição “S não está em um cenário cético...” estará justificada (dado que p). Em suma, caso o cético esteja considerando o Padrão 2 como o apropriado para seu argumento, ao defender J2 ele precisará mostrar que o cético não tem posse de nenhuma razão “e” que torne p suficientemente provável. É fácil notar que isso levará o cético a incorrer em petição de princípio, visto que “S não possui nenhuma razão adequada para crer que p” é equivalente a “S não está justificado ao crer que p”, a conclusão do argumento. Então para ascender à conclusão de que S nunca está justificado ao crer que p, S precisará contar com a premissa de que S não está justificado ao crer que p, o que torna seu argumento circular.⁷

⁶ “Epistemista” deve ser entendido como o não-cético, aquele que assente à proposição de que nós podemos obter conhecimento.

⁷ Se p é uma razão para crer que ele não está em um cenário cético (conforme o Padrão 2), então o cético terá que mostrar algum motivo para pensar que S não está justificado ao crer que p. Se o fizer, então o argumento se torna circular, pois a conclusão cética é justamente que S não está justificado ao crer que p. Caso o cético consiga demonstrar que S não possui razões para crer que p, isto por si só já é suficiente para sua defesa de que S não está justificado ao crer que p.

Consideremos agora que o cético acadêmico defenda que o Padrão 1 é o que descreve a relação evidencial presente entre “p” e “S não está em um cenário cético...”. Nesse caso, deve existir uma razão “e” que fundamenta p e a proposição por ela implicada. O cético deverá apontar então, para defender J2, que não existe nenhuma razão comprobatória comum disponível para as duas proposições, mas essa necessidade – demonstrar que não existe nenhuma razão comprobatória comum para “p” e “S não está em um cenário cético...” – força o cético a incorrer em petição de princípio. Assim como no caso anterior, para defender J2 através do Padrão 1 de caminho de evidência, ele precisará arrogar-se de uma proposição que é a própria conclusão do argumento (J3).

A terceira alternativa para o cético é defender o Padrão 3, afirmando que a relação evidencial presente entre “p” e “S não se encontra em um cenário cético onde p é falso e apenas aparenta ser verdadeiro” é que o último constitui evidência para o primeiro, ou seja, S precisa primeiro estar justificado ao crer que não se encontra em um cenário cético para poder estar justificado ao crer que p. Nesse caso, o cético não incorre em petição de princípio, mas apresenta uma exigência inaceitável para o epistemista. De acordo com essa tese, S precisa ter em seu campo de evidências a negação de todas as hipóteses contrárias de p para estar justificado ao crer que p. O que está implícito aqui é a tese de que todas as hipóteses rivais de p precisam ser eliminadas para p estar justificado para S, o que é equivalente, em última instância, a exigir que uma evidência para p necessite implicar p. Peter Klein em *Certainty: a refutation of scepticism* já argumentara que uma condição para que exista qualquer debate entre céticos e não-céticos é a aceitação de que para S saber que p, com base em e, não é requerido que e implique p. Caso contrário, temos um caminho fácil para o ceticismo pois a maioria das proposições empíricas (senão todas!) que normalmente julgamos conhecíveis, não são sustentadas por razões que a impliquem. Essa exigência, no entanto, é inaceitável para o epistemista, e este pode plausivelmente rejeitá-la argumentando que hipóteses contrárias só precisam ser eliminadas nas circunstâncias onde alguma razão em favor delas for apresentada. Em um zoológico, diante de uma zebra, alguém poderá alegar que você precisa eliminar a hipótese de que a zebra não é um alienígena de outro planeta ou um robô, que você não é um cérebro em uma cuba, e outras hipóteses extravagantes, para estar justificado ao crer que é verdade que ali se encontra uma zebra; mas isso é, nas palavras de Klein “um afastamento ultrajante de nossas práticas epistêmicas ordinárias” (2003, p.307).

O resultado que chegamos após buscarmos, como sugerem os pirrônicos, a versão completamente articulada do argumento canônico para o ceticismo acadêmico é que o cético

fracassa em sua defesa da tese de que nós nunca estamos justificados ao crer que não estamos em um cenário cético, tal como a influência de um gênio maligno ou cientistas perversos. Ao ser desafiado a validar sua segunda premissa, o cético ou incorre em petição de princípio ou se apoia em uma hipótese legitimamente inaceitável para seu opositor. Tendo sucumbido frente aos Modos de Agripa, concluímos então que não há boas razões para ser um cético acadêmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. Trad. Maria Ermantina Galvão, 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. In: *Journal of Philosophy*, 67 (1970), p. 1007-1023.

HALES, Steven D.. Epistemic Operators. *The Southern Journal of Philosophy*, v. XXXIII, 1995, p. 185-2001.

HINTIKA, J.. *Knowledge and Belief*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1962.

KLEIN, Peter D.. *Certainty: a refutation of skepticism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

KLEIN, Peter D.. Skepticism and Closure: Why the Evil Genius Argument Fails. *Philosophical Topics*, 1995, p. 213-236.

KLEIN, Peter D. Skepticism. In: MOSER, Paul (ed.). *The Oxford Handbook of Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 336-361.

KLEIN, Peter D. There is No Good Reason to be an Academic Skeptic. In: LUPER, Steven (ed.). *Essential Knowledge*. Londres: Longman Publishers, 2003, p. 299-309.

SEXTO EMPÍRICO. *Outlines of Pyrrhonism*. Trad. R. G. Bury. London: William Heinemann, 1933.

STROUD, Barry. *The Significance of Philosophical Scepticism*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

VOGEL, Jonathan. Are There Counterexamples to the Closure Principle?. In: ROTH, M. D. & ROSS, G. (eds.). *Doubting: Contemporary Perspectives on Skepticism*. Dordrecht: Kluwer, 1990.